Os Primeiros Tempos da Antropologia em São Paulo

EGON SCHADEN

Vão aqui, a título de resumo e apenas para não faltar ao compromisso, algumas notas de que me servi para o meu depoimento sobre o período inicial da antropologia no contexto universitário paulista. Por motivos imprevistos não me foi possível elaborar um texto sistemático e bem ordenado, como o fizeram os colegas Luiz de Castro Faria e Thales de Azevedo.

Vou concentrar-me, como o fiz na exposição oral, em dados um tanto episódicos, mas, por certo, significativos, da luta que se travou. Falarei talvez mais de pessoas do que de leis e decretos. Como se tem dito com bastante razão, a ciência — no caso, a antropologia — não é apenas o saber e a procura, mas, em igual medida, o reflexo da personalidade de sábios que nela se empenham e das circunstâncias em que desenvolvem o seu trabalho. Vejamos, pois, de preferência quem fez o que em situações que marcaram a proto-história da antropologia na cultura científica de São Paulo.

Cumpre dar o devido crédito a pioneiros e precursores. No princípio do século havia em São Paulo duas instituições em que estudiosos interessados em assuntos antropológicos podiam discutir as suas idéias e expor os resultados de suas investigações; o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e o Museu Paulista. No primeiro se faziam ouvir Theodoro Sampaio, Hermann von Ihering, Alberto Loefgren e alguns outros. Os seus trabalhos etnográficos, arqueológicos e de lingüística indígena, tomados em conjunto, podem ser vistos como uma clareira na floresta. Os textos que escreveram serviram de ponto de partida para pesquisadores que vieram depois. No Museu Paulista se destacaram Hermann von Ihering, que era

o diretor, e Curt Nimuendajú. A certa altura, H. von Ihering ficou desacreditado por causa de suas idéias estapafúrdias sobre política indigenista. Mas foi com seu apoio que o segundo, Curt Nimuendajú, por ele acolhido no museu, conseguiu iniciar a mais brilhante carreira científica que até hoje consagrou um antropólogo no Brasil. Infelizmente a atividade de Nimuendajú, no tempo em que viveu no Sul, de 1903 a 1913, ficou restrita a contribuições pessoais, sem maior influência no quadro geral das preocupações científicas em São Paulo. Tanto maior foi, porém, a sua repercussão no exterior, onde o seu primeiro estudo, sobre os Guaraní, foi recebido, com justiça, como um dos maiores da etnologia brasileira.

Depois da Primeira Guerra Mundial, vários intelectuais procuraram estimular a pesquisa etnológica. O movimento modernista despertou a atenção para o índio e suas culturas. Mário de Andrade, ligando a etnologia ao folclore, que era seu campo predileto, pôs em relevo a importância dos clássicos estrangeiros e fundou depois uma sociedade de estudos etnográficos e folclóricos, para a qual atraiu os estudiosos da nova geração. Fernando de Azevedo teve, entre outros, o mérito de incluir na coleção "Brasiliana" edições, reedições e traduções de obras fundamentais sobre culturas indígenas.

O primeiro etnólogo de formação a radicar-se em São Paulo foi Herbert Baldus. Levara na Europa uma vida um tanto aventurosa, fora aviador na Primeira Guerra Mundial, ator de teatro e se empenhara em lides políticas — ao que consta, no âmbito espartaquista — e, participando de uma expedição cinematográfica, viera à América do Sul, onde, nas solidões do Chaco, entrara em contacto com tribos indígenas, que despertaram o seu interesse e entre as quais se pôs desde logo a fazer estudos lingüísticos e etnológicos. Depois ficou algum tempo em São Paulo e, a seguir, foi a Berlim, em cuja universidade se doutorou. De volta a São Paulo, viveu na pobreza, ganhando o sustento com aulas particulares de alemão.

Retornara, porém, decidido a dedicar-se à pesquisa etnológica. A duras penas conseguiu afinal os recursos necessários a expedições que realizou entre 1933 e 1935, visitando índios Kaingáng, Guayakí, Borôro, Terêna, Karajá e Tapirapé. Passou a lecionar etnologia brasileira na então Escola Livre de Sociologia e Política, instituição em que desenvolveu intensa atividade e à qual ficou vinculado até o fim da vida. Não poucos dos atuais representantes da etnologia brasileira foram aí os seus alunos. Mais tarde se tornou chefe da Secção de Etnologia do Museu Paulista, onde encontrou um campo sobremodo propício

para os seus trabalhos. Pesquisadores estrangeiros que iam para o interior faziam, preliminarmente, um estágio preparatório no museu. Sob a direção de Baldus ressurgiu também a Revista do Museu Paulista, que, acolhendo trabalhos do mais alto nível, se tornou, a justo título, conhecida em todo o mundo.

Baldus agiu como inovador em vários sentidos. Foi, por exemplo, o primeiro, no Brasil, a mostrar a importância dos estudos de aculturação e a insistir na necessidade do entrosamento entre a etnologia e a política indigenista.

Na década dos trinta a antropologia começou a tomar corpo no ambiente cultural paulista. Marco decisivo foi, sem dúvida, a fundação, em 1934, da Universidade de São Paulo e da Escola Livre de Sociologia e Política. Já em tempos anteriores houve, como vimos, pesquisadores, todos autodidatas, que escreveram sobre temas etnológicos e de disciplinas afins. Repita-se que não deixa de ser um trabalho útil, em que se descobriram pistas para os que iriam retomar os assuntos com visão mais ampla e métodos mais seguros. Revolucionária foi a instituição da antropologia no ensino superior. A princípio não se cogitava, é verdade, de formar antropólogos, pois os cursos integravam apenas os currículos de sociologia, de geografia e de história. Mas foi um passo essencial, que levaria depois a um ensino com vistas à especialização nas várias disciplinas antropológicas.

Em 1935 instalou-se na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras a Cadeira de Etnografia Brasileira e Língua Tupi-Guarani. Ocupou-a Plínio Ayrosa, que alguns anos antes dera um curso de tupi no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Ayrosa era engenheiro. Dedicara-se seriamente ao estudo do tupi, mas não tinha formação lingüística e os seus trabalhos foram alvo de severas críticas, principalmente da parte de Frederico Edelweiss, professor na Bahia. Um de seus méritos foi a fundação, na Faculdade, de um Museu de Etnografia, que hoje, ampliado, faz parte do acervo do Departamento de Ciências Sociais. Cedo as atribuições da Cadeira passaram a abranger o estudo e o ensino e etnografia geral e de antropologia física. Em 1941 instituiu-se junto a ela a Disciplina de Antropologia, a princípio apenas para a área de estudos raciais e etnobiológicos. Depois, sob a regência de Emílio Willems, contratado no ano seguinte, veio abarcar a antropologia em toda a sua amplitude, inclusive pré-história e paleantropologia. Tornei-me primeiro assistente da Disciplina em 1943 e algum tempo depois foi contratada como segunda assistente Gioconda Mussolini, diligente pesquisadora dotada de excepcionais qualidades didáticas. Wil-

lems, por sua vez, se empenhou em intensivos trabalhos de pesquisa, que marcaram época. Escreveu principalmente sobre aculturação de imigrantes e cultura rural. Em 1948 a Disciplina foi transformada em Cadeira, passando a integrar o Departamento de Sociologia e Antropologia, do qual fez parte também a Cadeira de Política. Quando, no ano seguinte, Willems se transferiu para os Estados Unidos, convidado pela "Vanderbilt University", de Nashville, coube-me a regência da Cadeira, primeiro como professor substituto, depois como contratado e, de 1965 a 1967, como catedrático. Dois anos após a morte de Plínio Ayrosa, que faleceu em 1961, a Cadeira de Etnografia e Língua Tupi-Guarani foi extinta e em seu lugar criada a de Línguas Indígenas do Brasil.

Nunca chegou a esboçar-se, felizmente, na Universidade de São Paulo, algo que pudesse denominar-se "escola antropológica paulista". Por sorte, os interesses foram sempre variados, com tendência crescente para estudos interdisciplinares. Desde cedo se acentuou, entretanto, a perspectiva sociológica, por influência, principalmente, de Claude Lévi-Strauss, que, vindo em 1935, era oficialmente professor de sociologia. Não tardou a ser fascinado pelos temas antropológicos, para os quais acabou convergindo quase todo o seu ensino. Por esses e outros antecedentes, continua a antropologia em São Paulo como conjunto de disciplinas vinculadas predominantemente, pelo menos de forma indireta, a estudos sociais e políticos.

Eram os mais diversos os assuntos discutidos por Lévi-Strauss em seus cursos. Além dos cursos que tratavam, em visão panorâmica, de teoria e metodologia sociológicas e antropológicas (e em que o professor enveredava, inclusive, pelo arraial da antropologia física, discorrendo, por exemplo, sobre as técnicas de antropometria), havia outros, semestrais, dedicados a campos mais restritos, tais como sociologia primitiva, o funcionalismo de Malinowski, o hiperdifusionismo de Elliot Smith, as teorias sobre o totemismo segundo a análise crítica de van Gennep. Depois de uma excursão ao Norte do Paraná, onde conheceu Londrina, tomou esta cidade como exemplo para analisar, durante um semestre, problemas sociológicos e antropológicos de planejamento urbano e urbanismo em geral. Era, como se vê, um ensino sobremodo abrangente. E as aulas eram sempre permeadas de agudo senso crítico e ricas em sugestões de toda ordem. Vinham à baila muitas coisas que naquele tempo eram absoluta novidade em nossa boa terra antropófaga. Os de minha geração devem estar bem lembrados do que tudo isso significava para nós.

Creio não errar ao afirmar que Lévi-Strauss descobriu a antropologia pelas obras básicas de Robert Lowie, que acabavam de ser traduzidas para o francês pela esposa de Alfred Métraux. Um de seus melhores cursos baseou-o no texto de *Primitive Society*, com ênfase especial em sistemas de parentesco e regras matrimoniais. Pode-se dizer, talvez, que a análise que fez em aula foi o ponto de partida para a elaboração da teoria estruturalista, que o tornaria famoso.

Recursos para pesquisas de campo eram muito escassos. Não existiam, na época, o CNPq, a CAPES, a FAPESP ou outras fundações semelhantes que dessem auxílio para expedições e muito menos bolsas para estudos de pós-graduação. Era difícil, também, conseguir algo de fontes estrangeiras. Eu, por exemplo, escrevi a minha tese de doutoramento, de 1943 a 1945, sem um tostão de ajuda. Sentia-me frustrado ao dissertar sobre culturas indígenas sem jamais ter visto um índio vivo. Dos parcos vencimentos não sobrava nada para viagens ao mato. Tempos houve, é verdade, em que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras tinha em seu orçamento verba para pesquisas, mas os pretendentes eram muitos, sobretudo os representantes das ciências exatas e biológicas. Foi por aí que obtive um dinheirinho para ir ao litoral paulista e iniciar os meus trabalhos de campo entre os Guarani. Isto em 1946. Em 1947, Baldus recebeu da Escola Livre de Sociologia e Política Cr$ 3.000,00 para ele, Harald Schultz e eu viajarmos juntos ao interior do Estado em visita aos Guarani, Kaingáng e Terêna. Não sei em que medida a Escola financiou outras pesquisas. A Secção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios me forneceu dinheiro para uma viagem ao Sul de Mato Grosso com a incumbência de trazer uma coleção de objetos Kayowá para o museu. Entreguei a coleção, cuidadosamente fichada, junto com os negativos fotográficos e as gravações de música indígena, que tinha feito com muito sacrifício. Não se inventara ainda o gravador com pilhas e eu tivera de levar comigo um monstruoso gerador de energia elétrica movido a motor de gasolina. Consta-me, aliás, que as gravações já não se encontram no museu. Quanto aos negativos, não foram localizados quando, certa vez, pedi algumas ampliações para uma publicação.

Por muito tempo não se cuidou praticamente em São Paulo da documentação das culturas índias pela coleta sistemática de artefatos e outros elementos para enriquecer o material existente, que, salvo os acervos do Museu Paulista, e do pequeno Museu de Etnografia fundado por Plínio Ayrosa, se re-

duzia, em essência, a uma ou outra coleção particular. A situação mudou a partir de 1936, quando Fernando de Azevedo adquiriu de Nimuendajú uma coleção ramkokámekra de 391 peças para o Centro de Documentação Etnográfica e Social do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo. Extinto o Instituto em 1938, a coleção, de valor inestimável, foi incorporada ao Museu de Etnografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Mais tarde esse museu recebeu também a preciosa coleção Luís Paixão. Ao Museu Paulista, Nimuendajú, que em parte financiava as suas expedições com a venda de coleções etnográficas, não lograra vender a coleção apinayé que lhe oferecera. O diretor alegava falta de verba, aduzindo que, ademais, o museu era um instituto regional. Foi assim que valioso material que hoje poderia estar no Brasil foi parar no exterior.

Logo que assumiu a chefia da Secção de Etnologia do Museu Paulista, Baldus tratou de ampliar o acervo etnográfico e arqueológico. Hoje a instituição se orgulha de possuir um dos mais ricos do País. Deve-se isso principalmente ao entusiasmo e ao espírito de sacrifício de Harald Schultz, assistente de Baldus.

Schultz, gaúcho de ascendência alemã e dinamarquesa, fora anteriormente incumbido pelo General Rondon de organizar um departamento de documentação cinematográfica e etnográfica para o Serviço de Proteção aos Índios, que veio transformar-se, daí a alguns anos, na Secção de Estudos do SPI e, afinal, no Museu do Índio, do Rio de Janeiro.

Transferindo-se para São Paulo, Schultz, incansável trabalhador, dedicou mais de vinte anos, até a sua morte, em 1966, à coleta de material etnográfico, a escavações arqueológicas na Amazônia e à documentação fotográfica e cinematográfica de culturas indígenas, principalmente do centro e do norte do Brasil. Dos seus filmes etnográficos grande número, uns oitenta ou mais, foi incluído na famosa "Encyclopaedia Cinematographica", editada pelo "Institut für den Wissenschaftlichen Film", de Gottingen.

O notável pesquisador, que era autodidata e não freqüentara nenhum curso superior, foi, por algum tempo, aluno particular de Nimuendajú, que lhe deu uma série de aulas, quando, antes de sua última expedição ao alto Solimões, passou uma temporada no Rio de Janeiro. Depois, em São Paulo, Schultz assistiu intermitentemente a cursos de Baldus na Escola de Sociologia e Política. Detestava estudos teóricos, mas

era, em compensação, excelente observador, etnógrafo de indubitáveis méritos e, ao mesmo tempo, ardoroso defensor da causa indígena.

Eram poucas em São Paulo as publicações periódicas de cunho científico em que os estudiosos de antropologia pudessem divulgar os seus trabalhos. Destaquem-se a *Revista do Instituto Histórico* e *Revista do Museu Paulista*, ambas fundadas no fim do século passado. A situação melhorou na década de trinta, quando a *Revista do Arquivo Municipal* começou a dar guarida a textos etnológicos originais e à tradução de obras clássicas inacessíveis aos leitores brasileiros. Nessa e na década seguinte publicou, em continuações, a tradução de um livro de Karl von den Steinen e de outro, de Fritz Krause. A revista Sociologia fundada em 1939 por Romano Barreto e Emílio Willems, se tornou em 1950 órgão da Escola de Sociologia e Política. Além de trabalhos de pesquisa e traduções de textos estrangeiros, divulgou bastante material de cunho didático, ainda muito escasso nesses primeiros anos do movimento universitário brasileiro. Faltava ainda um órgão que fosse, além do mais, uma plataforma para informação recíproca e troca de idéias entre os que no Brasil se dedicavam à pesquisa. Com este objetivo fundei em São Paulo no ano de 1953 a *Revista de Antropologia.* Era uma iniciativa particular, mas tive apoio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, para cuja responsabilidade a publicação passou em 1978. A revista é também, de há muito, o órgão oficial da Associação Brasileira de Antropologia. Ao lado dela existe, desde 1947, a nova série da *Revista do Museu Paulista*, que tem tido, entre os seus colaboradores, eminentes especialistas nacionais e estrangeiros. E cumpre mencionar naturalmente os Anais de Antropologia. Já não é, pois, por falta de meios de divulgação que os investigadores nos deixam não raro sem saber o que fizeram, o que estão fazendo e o que pretendem fazer.

Embora já não digam respeito, diretamente, aos primeiros tempos da antropologia em São Paulo, cabe aqui talvez, para concluir, uma referência a fatos que nos últimos trinta anos foram marcantes no desenvolvimento das pesquisas. Do maior alcance tem sido a realização periódica, de dois em dois anos, de Reuniões Brasileiras de Antropologia, a primeira das quais teve lugar no Museu Nacional em novembro de 1953. Três desses eventos se deram em São Paulo (1963, 1971 e 1982), onde, aliás, se reuniu também, com grande êxito, em 1954 o XXXI Congresso Internacional de Americanistas. Na 2.ª Reunião

(Salvador, 1955) fundou-se a Associação Brasileira de Antropologia, a princípio destinada apenas a reconhecidos especialistas, mas hoje praticamente aberta a quem quer que no Brasil se dedique à área, inclusive a estudantes em nível de pós-graduação. As Reuniões Brasileiras de Antropologia e a ação da ABA contribuíram muito, nestes trinta anos, para romper o isolamento entre as várias instituições nacionais e também entre pesquisadores isolados, dispersos pelo imenso território. Assim se intensificou cada vez mais a comunicação, antes quase inexistente, entre os antropólogos de São Paulo e os de outras partes do País.